

## **Estudos Culturais e Relações Públicas: uma Aproximação Político-Cultural<sup>1</sup>**

Juliane do Rocio Juski  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

### **Resumo**

As aproximações teóricas entre o campo das Relações Públicas e os Estudos Culturais ainda é um movimento tímido, mas promissor. Desse modo, o artigo busca desenvolver uma proposta agregadora entre dois conceitos fundamentais para o movimento culturalista com a obra de Simões sobre a função política das Relações Públicas. Sob um enfoque exploratório e baseado em levantamento bibliográfico, as nuances de convergência são observadas empiricamente por meio uma organização singular no contexto latino-americano.

**Palavras-chave:** estudos culturais; relações públicas; cultura; política

### **Introdução**

O desafio de identificar quando novas correntes teóricas são formadas é levantada por Hall (2013a) ao tentar indicar a origem dos Estudos Culturais, corrente teórica a qual ele dirigiu e institucionalizou. Para o autor, não existem inícios absolutos em um trabalho intelectual sério e crítico, pelo contrário, o desenvolvimento dos pensamentos teóricos acontece de modo desordenado e irregular a partir de momentos de ruptura, quando as antigas premissas e velhas correntes de pensamento são rompidas ou em novos reagrupamentos de conceitos antigos sob um novo olhar. São nesses breves momentos críticos que se faz o verdadeiro trabalho intelectual e foi assim que surgiram os Estudos Culturais. Hall (2013a) introduz esse pensamento para afirmar que os Estudos Culturais são foram um movimento previamente agendado e organizado, inclusive seu surgimento possui controvérsias como é apontado pelo próprio Hall (2013) e por Mattelart e Mattelart (2011) que indicam estudos sobre o impacto da cultura popular ainda na década de 1930 e que teriam lançado a semente para a produção intelectual que frutificaria, posteriormente, com os pais fundadores da corrente culturalista.

Essa constatação de Hall (2013a) permite observar que o surgimento de novos paradigmas não é algo planejado e orquestrado com maestria, mas surge em momentos de ruptura, em brechas teóricas e epistemológicas encontradas por intelectuais e pesquisadores

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação intercultural e interseccionalidade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

críticos, que enxergam a necessidade de se repensar conceitos, remodelar teorias e reorganizar postulados. Se esse movimento foi constatado nos Estudos Culturais, ele também pode ser observado no campo teórico das Relações Públicas, com destaque, para a primeira iniciativa brasileira de teorizar as Relações Públicas como uma função política, desempenhada por Simões (1995). Com relação a esse contexto inicial, Simões (1995) descreve que desde a década de 1970 houve um progresso extraordinário nas técnicas de comunicação e, como resultado, essas evoluções se apresentaram como uma conquista e um desafio. Portanto, desde essas transformações foi preciso repensar cada setor, cada modalidade, mas analisando e potencializando a comunicação como um processo total, ou seja, foi preciso repensar as bases teóricas e rever conceitos para construir um novo conhecimento.

E essa é apenas uma das aproximações possíveis entre os estudos e conceitos desenvolvidos pelos Estudos Culturais com o modelo teórico proposto por Simões (1995) para as Relações Públicas. Assim, o objetivo do presente artigo é explorar essas relações de forma mais aprofundada, guiando-se pela metodologia de base bibliográfica. Para isso, em um primeiro momento faz-se necessário definir e delimitar a trajetória histórica dos Estudos Culturais e da obra de Simões (1995), depois apontar essas aproximações e, por fim, ilustrar essa sinergia em um exemplo prático de uma ação de Relações Públicas promovida por uma organização pública. Cabe salientar, ainda, que o artigo não pretende esgotar essas aproximações e nem teria como o fazer em um curto espaço, mas o objetivo é realizar aproximações em um recorte específico, centrado no conceito ampliado de cultura proposto pelos Estudos Culturais e o impacto do aspecto político para Simões e a corrente teórica culturalista.

### **Estudos Culturais: origem e legado**

A narrativa dominante sobre o início dos Estudos Culturais, conforme aponta Escosteguy (2012), está centrada na Inglaterra com a institucionalização do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), ligado ao departamento de literatura inglesa da Universidade de Birmingham. No entanto, conforme já mencionaram Hall (2013a) e Mattelart e Mattelart (2011), essa origem não pode ser datada como absoluta, mas a institucionalização de um movimento intelectual que vinha ganhando expressão no cenário acadêmico e político.

Essa relevância alcançada pelos estudos é fruto de três autores que passaram a questionar a cultura e sua influência na sociedade, sob a perspectiva da cultura popular produzida e consumida pela classe trabalhadora inglesa, sendo considerados, assim, os pais fundadores dos Estudos Culturais. São eles: Richard Hoggart, Raymond Williams e E.P.

Thompson. As três obras datadas do final da década de 1950 e início da década de 1960 são identificadas como as fontes dos Estudos Culturais (ESCOSTEGUY, 2012).

Hall (2013a) relembra que em um desses momentos de ruptura emergiram as obras de Richard Hoggart com *As utilizações da cultura* (*The Uses of Literacy*, 1957) e *Cultura e Sociedade* (*Culture and Society*, 1958) de Raymond Williams que de maneira distinta, apresentavam uma nova questão: o debate cultural na sociedade de massa. Escosteguy (2012) relata que a primeira obra é em parte uma narrativa autobiográfica e em parte uma reconstrução histórico-cultural da metade do século XX, sendo sua principal contribuição o foco dado por Hoggart aos materiais culturais oriundos das classes operárias, categorizadas como cultura popular e dos meios de comunicação de massa. Já para Hall (2013a), o livro de Hoggart marcou o novo terreno ao propor uma leitura da cultura da classe trabalhadora em busca de valores e significados que foram incorporados em suas práticas sociais. Enquanto a obra de *Cultura e Sociedade*, para Hall (2013a, p. 144), “reconstruiu uma longa tradição definida por Williams como aquele que, em resumo, consiste no ‘registro de um número de importantes e contínuas reações a ... mudanças em nossa vida social, econômica e política’”. Essa importância é esclarecida por Escosteguy (2012) ao afirmar que a contribuição teórica de Williams foi um marco essencial no desenvolvimento dos Estudos Culturais, pois a obra apresentou um olhar diferenciado sobre a história literária, mostrando que a cultura é uma categoria-chave responsável por conectar a análise literária com a investigação social. E essa contribuição é ampliada com o livro *The Long Revolution* (1961), em que Williams avança em seus estudos para demonstrar o impacto cultural dos meios massivos na cultura popular (ESCOSTEGUY, 2012).

Com relação a contribuição de Thompson, Escosteguy (2012) destaca a sua influência no desenvolvimento da história social britânica dentro de uma tradição marxista. Hall (2013a) esclarece esse momento de ruptura observado pela obra *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson em 1963, que levanta questionamentos sobre cultura, consciência e experiência, enfatizando o agenciamento, por meio de uma crítica ao economicismo reducionista e o determinismo organizacional da teoria marxista clássica, apresentando uma crítica ao modelo tradicional pensado por Marx.

Embora esses três livros sejam considerados as obras que deram o *start* inicial nas discussões e pesquisas que originaram os Estudos Culturais, cabe compreender o contexto histórico e social dos autores para conhecer com profundidade como essas ideias se desenvolveram. De acordo com Mattelart e Mattelart (2011, p. 102) as origens dos Estudos Culturais estão atreladas aos estudos de crítica literária de Frank Raymond Leavis, publicados

nos anos 1930 e que pretendiam “servir de guia para ajudar os alunos na defesa contra a cultura comercial”. Leavis junto com um grupo ligado a revista *Scrutiny*, em 1932, defendiam que a escola deveria ser utilizada para difundir o conhecimento dos valores literários. Críticos do capitalismo industrial e da cultura de massa, o grupo utilizou a revista como um meio para disseminar suas ideias e esperava que seus partidários se dirigissem as escolas e as universidades para lutar e oferecer, por meio do ensino da literatura inglesa, as respostas elaboradas, complexas e moralmente aceitas que permitiriam aos indivíduos resistir ao processo de alienação dos meios massivos.

Parte dessa preocupação educativa é assumida nos anos 1950, em um movimento de expansão do sistema escolar, com destaque para o ensino de adultos, por meio de um movimento pedagógico no qual se engaja uma geração de professores secundaristas oriundos das classes operárias que valorizam, diferentemente da teoria elitista de Leavis, os gostos dos alunos das classes populares (MATTELART e MATTELART, 2011). E é justamente nesse movimento que se enquadram os pais fundadores dos Estudos Culturais e o próprio Stuart Hall. Todos possuem uma origem humilde, conhecedores das mazelas e desigualdades das classes populares, que veem na junção de uma nova teoria marxista parte das respostas para o impacto da cultura na sociedade e nas práticas sociais. Por isso, os Estudos Culturais são reconhecidos como um movimento teórico-político que tem a matriz cultural como essência para discutir problemas e práticas sociais. Seu legado ultrapassa a teoria e possui reflexos práticos na sociedade.

Yudice (1993, p. 308) amplia ainda mais esse contexto ao destacar que os Estudos Culturais se constituíram como “uma tentativa de adequar gestão e representação, mas já não só num sentido propriamente político, senão cultural. Evidentemente, o programa que este centro foi desenvolvido ao longo dos anos teve antecedentes, por exemplo, em Gramsci e na Escola de Frankfurt”. Isso, porque, os autores tinham a premissa de desenvolver uma proposta política-teórica com resultados e intervenções diretas na realidade social, conforme o próprio Hall (2013b) revela ao apontar como as ideias de Gramsci, em especial, o conceito de intelectual orgânico, afetaram os estudos desenvolvidos pelo centro e como a crítica marxista estava relacionada não ao abandono dessa visão, mais ao desenvolvimento da teoria clássica sob uma perspectiva contemporânea. Esses ideais foram norteadores do movimento conhecido como *New Left* (nova esquerda) ao qual Hall e outros intelectuais estavam associados, movimento cujo precursores foram os filósofos da Escola de Frankfurt (MATTELART e MATTELART, 2011).

Toda essa trajetória resulta em um novo posicionamento teórico e, conforme aponta Escosteguy (2012), os Estudos Culturais irão constituir um novo campo de pesquisa centrado nas investigações sobre as relações entre a cultura popular e a sociedade, investigando como as formas culturais, instituições e práticas sociais se relacionam com a sociedade e as mudanças sociais. Mattelart e Mattelart (2011) destacam, ainda, que a contribuição dos Estudos Culturais promoveu um reposicionamento do conceito de cultura, compreendido de maneira mais ampla. Essa ampliação é foco do estudo promovido por Williams que marca uma dupla ruptura.

Em primeiro lugar, com a tradição literária que situa a cultura fora da sociedade, pondo em seu lugar uma definição antropológica: a cultura é o processo global por meio do qual as significações são social e historicamente construídas. [...] Ruptura, em segundo lugar, com um marxismo redutor. Williams posiciona-se a favor de um marxismo complexo, que permite estudar a relação entre cultura e as outras práticas sociais, ele debate o primado da base sobre a superestrutura, que reduz a cultura submetendo-a à determinação social e econômica. (MATTELART e MATTELART, 2011, p. 105).

Assim, a ideia de cultura é reelaborada e sua concepção reducionista de prática dos grupos dominantes ou dos costumes de um povo são ampliadas. Como coloca Hall (2013a) o conceito de cultura foi um dos principais pontos de convergência dos Estudos Culturais e, por meio de Raymond Williams, passou a conceituar cultura de forma mais complexa e abrangente, primeiro ao descrever cultura como a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem suas experiências comuns, ou seja, “a concepção de cultura é, em si mesma, socializada e democratizada” (HALL, 2013a, p. 147). E em um segundo momento compreende a cultura como um processo social geral, como ordinária, ou seja, não há distinções entre alta ou baixa cultura, mas a categorização entre cultura popular, cultura massiva e cultura clássica. Hall (2013a) enfatiza ainda que é a partir dessa segunda ênfase que se refere a cultura como práticas sociais, sendo a cultura um modo de vida global. Para Hall (2013a) é nesse contexto que surge a chamada “teoria da cultura” definida como o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global. Assim, a cultura perpassa todas as práticas sociais e se constitui a partir da soma do inter-relacionamento delas. “A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas” (HALL, 2013a, p. 149). E a análise da cultura é, portanto, uma tentativa de conhecer a natureza da organização formada por essas relações.

Outro aporte teórico delineado pelos Estudos Culturais de grande ruptura é a proposta de um modelo teórico-político. Essa perspectiva está relacionada ao movimento de criticar o reducionismo economicista da teoria marxista clássica e se apoiar no novo marxismo, centrado

nas figuras de Gramsci e Althusser, sobre um modelo político. Hall (2013a) revela que, em um segundo momento, Williams leva em consideração a crítica de Thompson de que nenhum modo de vida global existe sem a dimensão da luta, do confronto entre os modos de vida opostos e, assim, tentar repensar as questões de determinação e dominação a partir do conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci. Yudice (1993) também auxilia nesse esclarecimento ao apontar que Williams passa a se valer do conceito gramsciano de hegemonia para explicar o processo político-cultural. A partir daí Williams passa a defender que “o valor das práticas culturais não é inerente nelas ou nos grupos que as praticam; o valor, mais propriamente, é uma função das relações de dominação e subordinação entre os diversos grupos que constituem a sociedade” (YUDICE, 1993, p. 310). Mattelart e Mattelart (2011) apontam ainda que é sob a perspectiva de hegemonia gramsciana que os Estudos Culturais compreendem a análise do poder como uma necessidade de considerar negociações, compromissos e mediações.

Parte dos desdobramentos de analisar o poder nas relações sociais é refletido em estudos posteriores, como no campo das Relações Públicas.

### **Simões: por uma teoria de Relações Públicas**

Roberto Porto Simões foi um psicólogo organizacional por formação e profissional de Relações Públicas, com doutorado em Educação pela PUCRS. Simões construiu uma longa trajetória como pesquisador e professor, com uma inestimável contribuição para o campo das Relações Públicas, legado esse deixado por suas contribuições teóricas dispostas em livros e artigos publicados, em salas de aula e na prática profissional ao longo de sua carreira.

Em 1984 publicou seu livro mais célebre “Relações Públicas: função política”, que serviria de base para a construção de sua tese de doutorado em educação entre os anos de 1989 e 1993, resultando em uma teoria para o ensino e a prática da atividade de Relações Públicas. Com esse modelo ousado, afinal, o autor é um dos pioneiros no campo das Relações Públicas a defender uma teoria crítica para a área no contexto brasileiro, Simões tornou-se uma das maiores personalidades da profissão no país e na América Latina.

Na década de 1970, Simões esteve afrente do Conselho Regional de Relações Públicas da 4ª Região, que compreende os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E foi por mais de três décadas professor de Relações Públicas, sendo o primeiro coordenador do curso de Relações Públicas da Famecos – Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS, além de coordenador de curso na Feevale, faculdade de Novo Hamburgo/RS<sup>2</sup>. Além de lecionar, Simões

---

<sup>2</sup> Roberto Porto Simões: tudo sobre um dos maiores Relações Públicas do Brasil. Disponível em: <<http://blogrp.todomundorp.com.br/2018/01/roberto-porto-simoes/>>. Acessado em 6 de junho de 2020.

prestava consultoria e assessoria a diversas empresas e veículos de comunicação, aplicando na prática o modelo teórico-metodológico desenvolvido em suas pesquisas. E sua biografia inclui, também, a participação na Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas e na Associação Brasileira de Relações Públicas, sempre se propondo a discutir a profissão de Relações Públicas. Exemplo dessa atuação foi sua contribuição no desenvolvimento da Carta de Atibaia, redigida em 1997, durante o Parlamento Nacional de Relações Públicas.

A teoria da função política desempenhada pelas Relações Públicas foi um dos pilares que marcaram seu legado e que são o *corpus* bibliográfico desse artigo. Simões (1995) já na introdução do livro alerta ao leitor que a obra busca apresentar uma teoria para as Relações Públicas sustentada por um conjunto lógico de deduções, com bases científicas e metodológicas que foram analisadas, revisadas e ampliadas. Essa preocupação constante com a cientificidade é uma constante ao longo do livro. E como destaca Biaggio (1986) a obra é marcada por uma precisão de conceitos e por um tratamento científico de uma área que até aquele momento não havia primado por essas características. “Partindo de um posicionamento lógico-positivista da ciência (citando Popper, Bridgman, Marx e Hillix), ele chega a uma concepção revolucionária, com Kuhn e Habermas” (BIAGGIO, 1987, p. 123). Além disso, a autora resume o modelo proposto por Simões como uma tentativa de colocar ordem no caos e criar um novo paradigma para as Relações Públicas. E é exatamente essa pretensão que Simões (1993, p. 17) apresenta ao apontar que o motivo que originou a construção da obra foi a “detecção da necessidade de se produzir um referencial teórico confiável, para tornar mais fácil a compreensão e a previsão dos fatos das Relações Públicas e da tecnologia adequada para controlá-los”.

Esse apontamento de Simões (1995) ao destacar o que motivou sua pesquisa se assemelha, em partes, com a criação dos Estudos Culturais. Uma inquietação em querer compreender uma realidade social que vem se transformando radicalmente com o aumento dos meios de comunicação massivos e a falta de teorias ou pesquisas que deem conta de explicar todas essas mudanças.

O paradigma proposto por Simões está centrado na premissa de que a essência de Relações Públicas é a relação de poder entre a organização e seus públicos, em uma ambiente que ele classifica como micropolítica. E nesse campo micro há um processo existente em que o conflito é eminente, há um tensionamento entre essas relações de força, cabendo ao profissional de Relações Públicas intermediar esse conflito, por isso sua função principal está no campo político. Mas, para apresentar essa ideia, Simões esmiúça esse processo indicando a causa, a função, a definição, a atividade, as estratégias, as técnicas e instrumentos, o objetivo e a finalidade de Relações Públicas. A junção desse quebra-cabeça compreende como ocorre

essas disputas de poder, qual é o papel e a importância da informação nesse cenário e como as Relações Públicas devem se valer dos instrumentos para buscar a compreensão mútua.

Para compreender com mais profundidade como as Relações Públicas atuam na função política, Simões discute sobre a causa da existência da profissão. Segundo o autor, a sociedade vive um processo constante de conflito eminente, pois está em jogo as disputas pelo poder, com ênfase para as relações de poder entre as organizações e seus públicos. Discorre daí “a exigência da construção de um acervo de referências teóricas que levem à compreensão do processo social” (SIMÕES, 1993, p. 51). É a partir da análise dessas estruturas de relações sociais entre organização e públicos que é possível compreender os elementos que compõem o processo e a dinâmica social entre eles, permitindo a produção de pareceres e implementação de intervenções técnicas.

De início, Simões (1995) aponta que essas relações no sistema social ocorrem nos âmbitos micro e macro em uma escala crescente tanto em relação ao número de membros como em relação a complexidade das relações, iniciando nas relações humanas, passando pelas relações grupais, atingindo as relações públicas e relações políticas, terminando nas relações internacionais. Em todos esses níveis, Simões (1995) aponta que as transações são afetadas por dimensões qualitativas incluindo implicações culturais, econômicas, políticas, ideológicas, históricas, jurídicas e filosóficas. O processo de Relações Públicas, segundo o paradigma de Simões (1995), tem como núcleo do sistema as relações entre a organização e seus públicos no contexto da sociedade, essas relações são estabelecidas por meio de trocas, ou transações, mas para que seja efetivada essa troca é preciso que inclua ainda outros elementos como a informação, matéria-prima para o processo, e a comunicação. Assim, o processo de comunicação e o seu resultado, seja o compartilhamento de significados ou o amplo espaço de diálogo entre a organização e seus públicos em um modelo de mão dupla, é a transação. Desse modo, “a organização e seu público, neste processo interativo de trocas, formam um sistema social” (SIMÕES, 1993, p. 59). Além disso, o autor enfatiza que a comunicação é uma condição *sine qua non* para que essas trocas entre organização/públicos aconteçam.

Mas o processo não se esgota nessa troca, como Simões (1995) aponta essa é apenas uma parte da estrutura global do processo de Relações Públicas. O processo é afetado também pela disposição e ordem de todo o sistema social no qual está inserido. E entre esses fatores de influência, Simões segmenta-os em dois conjuntos em que enquadra as dimensões das relações: um conjunto engloba componentes dos elementos materiais envolvidos e outro conjunto reúne os elementos abstratos das relações histórico-sociais a que estão submetidos a organização e seus públicos. Desse modo, o conjunto constitutivo inclui aqueles elementos quantificáveis

como os indivíduos, os grupos, relações intergrupais, relações interpessoais e a relação íntima. E o conjunto qualitativo inclui os elementos abstratos, mas que qualificam a relação social e é nesse conjunto que se enquadram as dimensões: cultural, política, econômica, ideológica, histórica, jurídica e filosófica.

Como parte do recorte desse artigo, nos interessa aprofundar a dimensão cultural e política proposta por Simões (1995). No âmbito da dimensão cultural, o autor afirma que o sistema social formado pela organização e seus públicos, juntamente com seus processos de comunicação e transação, caracterizam uma sociedade em determinado nível. E isso ocorre apenas se houver interesse em comum envolvido entre as partes. Essa busca por geração de riquezas, segundo Simões (1995), é feita há tempos pelo homem e ao fazer esse processo de troca e busca por riquezas o homem gerou cultura. “O ser humano em sua relação faz cultura. A sociedade toda corresponde uma cultura. Sociedade e cultura são faces da mesma moeda. Não existe sociedade sem cultura, tampouco cultura sem sociedade”. (SIMÕES, 1993, p. 64). O autor continua ainda sua explicação ao apontar que as relações sociais também são culturais, portanto os fatos sociais são, intrinsecamente, também fatos culturais.

Já com relação a dimensão política, Simões (1995) destaca que a análise do sistema relacional conduz a um novo aspecto da estrutura, pois além da influência econômica, o poder de decisão ou as condições de influenciar a decisão da outra parte ou ainda impô-la possuem igual importância, ou seja, implica no exercício do poder, portanto, no âmbito político. Para o autor, a relação social entre a organização e seus públicos possui também uma dimensão política, pois há processos decisórios e de escolha que afetam as partes. Após apresentar o processo de Relações Públicas, Simões (1995) propõe a definição de Relações Públicas como a atividade de gerenciar a função política da organização, e essa essência da atividade é justificada pelo autor como política, pois “todas as ações desta atividade reportam-se às implicações que as decisões da organização poderão gerar junto aos públicos e às consequências que as decisões dos públicos poderão causar aos objetivos organizacionais” (SIMÕES, 1995, p. 84). Além disso, Simões esclarece que o exercício do poder é realizado por meio do processo de comunicação e com os instrumentos de comunicação. Cabe, ainda, a atividade administrar o conflito e a controvérsia resultante dessas relações de poder.

Biaggio (1987) destaca ainda outra característica do paradigma proposto por Simões como essencial a sua compreensão: o objetivo das Relações Públicas. Um dos pressupostos básicos apresentado por Simões amplia a atividade, pois até aquele momento o objetivo da atividade era formar a opinião pública, e ao indicar que o processo de Relações Públicas é muito mais amplo, com sua essência na função política, ele altera a proposta para um nível estratégico

e propõe que o objetivo de Relações Públicas passe a ser legitimar o poder de decisão da organização junto aos seus públicos. Essa ideia de legitimação é fundamentada na teoria comunicativa de Habermas, em que os princípios de veracidade, retidão e verdade estão presentes em todo o processo comunicativo e, portanto, também presentes no sistema social organização e públicos.

### **Nuances de convergência**

Por meio de um levantamento bibliográfico de obras no campo das Relações Públicas publicadas na língua portuguesa, e um levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é possível identificar que a aproximação entre os Estudos Culturais e as Relações Públicas possui um olhar bastante tímido. No entanto, as relações entre esses dois campos revela diversas nuances em convergência, exemplo disso é a verificação expressa da importância apontada por Simões da dimensão cultural no processo de Relações Públicas por ele desenhado. Além disso, observa-se uma aproximação interessante na maneira como o autor conceitua cultura, destacando-a como parte intrínseca das relações sociais, da mesma maneira que o conceito é defendido pelos autores associados aos Estudos Culturais, com destaque neste artigo para Williams e Hall. Como já mencionado, a principal contribuição de Williams para a institucionalização dos Estudos Culturais foi, em um momento de ruptura como coloca Hall (2013a), conceituar cultura não apenas como um mero artefato histórico ou resultado da somatória de costumes civilizacionais, mas como prática social sendo a cultura um modo de vida global. E foi essa ampliação do conceito de cultura que propiciou aos Estudos Culturais justificar o foco de suas atenções na cultura popular e na cultura de massa, como fatos sociais igualmente importantes a cultura erudita. Assim, a visão de Simões sobre a conceituação de cultura pode ser vista como semelhante ao conceito delineado por Williams e Hall, dentro da cátedra dos Estudos Culturais.

Outra aproximação passível de se realizar é a forma como os pesquisadores dos Estudos Culturais e Simões compreendem sua produção intelectual. Hall (2013b) enfatiza que sua produção não possui verdades absolutas, que a produção é um resultado constante de aprimoramento e novas descobertas, inclusive ele cita o exemplo de como a temática feminista entrou para a pauta de debates no CCCS para ilustrar esses momentos de ruptura. E da mesma forma Simões (1995) alerta sobre a universalização de pressupostos, que elas não eliminam todas as falhas, nem se constituem como uma práxis transformadora, o objetivo de seu trabalho é apontar um caminho possível, mas não o único. “Acredito que a ciência evolui quando há

refutação de proposições e teorias consagradas e jamais pela insistência obstinada numa precária certeza” (SIMÕES, 1995, p. 18).

Já com relação ao aspecto político, a aproximação torna-se ainda mais clara. Como já mencionado por Yudice (1993) e Mattelart e Mattelart (2011), os Estudos Culturais podem ser compreendidos como desdobramento da Escola de Frankfurt (também conhecida como Teoria Crítica). Uma das matrizes teóricas dos pesquisadores do Centro de Estudos em Birmingham são a teoria marxista clássica, associada a Gramsci, Althusser e outros nomes que discutem as relações de poder no âmbito dos meios de comunicação de massa. E essa matriz é, em partes, utilizada por Simões, em especial, na figura do pensador alemão Jürgen Habermas. Mas essa aproximação política não se dá apenas no espectro teórico. Como já indicado por Escosteguy (2012), os Estudos Culturais são considerados um movimento teórico-político, isso porque as pesquisas buscavam uma intervenção na sociedade. Os trabalhos desenvolvidos pelo centro buscavam discutir questões e problemas sociais que eram afetados pela cultura ou se representavam por meio de práticas culturais, em especial, como a cultura popular era produzida, recebida e reinterpretada pelas classes populares, utilizando esses meios como verdadeiras formas de resistência e ressignificação. Todo esse processo se baseia nas relações de poder e no conceito de hegemonia de Gramsci, no qual essas forças estão em constante embate. Mesmo não se baseando na teoria gramsciana, Simões defende exatamente essa ideia de que a sociedade vive em um jogo complexo de relações de poder, e ele analisa essas relações de poder no âmbito da micropolítica, nas relações entre organização e seus públicos, por isso defende que a essência da atividade de Relações Públicas é a gestão da função política.

Essas são apenas algumas das aproximações possíveis dos Estudos Culturais com o paradigma proposto por Simões (1995), com ênfase no aspecto cultural e político. Portanto, não se esgota nessa associação. A proposta conceitual desse artigo é apenas revelar como as convergências entre as Relações Públicas e a corrente teórica conhecida como Estudos Culturais possui muitas associações possíveis e que extrapolam o campo da cultura organizacional, como grande parte dos trabalhos aponta. Essa relação pode ser observada em sua essência, em seus fundamentos e suas premissas básicas, não apenas sob uma perspectiva administrativa e instrumental, mas no âmago do fazer de Relações Públicas. Para ilustrar como é possível enxergar essa relação de maneira prática, apresenta-se um *case* sobre o impacto da dimensão cultural e política nas ações de Relações Públicas.

## **Metodologia**

Neste artigo adotou-se a pesquisa exploratória como metodologia de pesquisa. Seu objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa que norteará a tese de doutorado da autora, auxiliando na construção de hipóteses. E como coloca Gil (2009, p. 3), o estudo exploratório “tem como propósito a formulação de um problema para investigação mais apropriada ou para a construção de hipóteses”. Seu método envolve a revisão da literatura, para auxiliar na construção do “estado da arte” sobre o tema, reunindo todos os estudos e pesquisas realizadas até o presente momento.

No entanto, a pesquisa exploratória pode incluir, ainda, entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema ou análise de exemplos que estimulem a compreensão. Nesse sentido, muitos estudos de caso se enquadram na categoria de pesquisa exploratória. E, embora, optou-se por escolher um caso específico para ilustrar o levantamento bibliográfico e as aproximações possíveis entre os dois momentos teóricos (Estudos Culturais e paradigma proposto por Simões), o exemplo não pode ser classificado por completo como metodologicamente um estudo de caso. Afinal, como bem coloca Gil (2009), o Estudo de Caso enquanto metodologia requer a adoção de princípios e regras a serem observadas e aplicadas ao longo do processo de investigação, para caracterizar-se legitimamente como um método científico de produção de conhecimento.

### **Case Itaipu Binacional**

A Itaipu é uma Entidade Binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai<sup>3</sup> que gerencia a Usina Hidrelétrica de Itaipu. É uma organização associada, desde seu nascimento, a valores positivos como o empreendedorismo e a capacidade de realização dos povos brasileiro e paraguaio. Construída a partir do imaginário social durante o Regime Militar Brasileiro, a Itaipu se tornou sinônimo de desenvolvimento e progresso ainda na década de 1960. A organização representou o sonho de grandeza que embalou o chamado “Milagre Brasileiro”, no período de acelerado crescimento econômico do final dos anos 60 e primeira metade da década de 70. Considerada até hoje, a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia e motivo de orgulho para os brasileiros e paraguaios, segundo descrição institucional.

Em 2007, a empresa reposicionou sua marca incorporando novos valores como: compromisso com a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável; espírito

---

<sup>3</sup> Descrição feita pela empresa em seu site institucional. Disponível em: <  
<https://www.itaipu.gov.br/institucional/gestao-transparente>>. Acessado em 7 de junho de 2020.

de solidariedade e integração das nações latino-americanas; associada à eficiência gerencial, à excelência técnica na produção de energia e à valorização dos seus funcionários e colaboradores. Atualmente, a empresa aponta que possui três desafios: humano, energético e diplomático.

Pensar, portanto, as práticas e ações de Relações Públicas sob a perspectiva de Simões (1995) e suas aproximações com os Estudos Culturais no contexto institucional da Itaipu Binacional, operadora da Usina Hidrelétrica localizada no Rio Paraná na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, é um exemplo desafiador.

Para compreender como a Itaipu pode ser analisado sob essa perspectiva é preciso compreender, ainda, que a barragem construída pelos dois países (Brasil e Paraguai) entre 1975 e 1982, foi alvo de intensas negociações e continua sendo destaque por sua magnitude na engenharia, mas com impactos conflitantes no âmbito social e ambiental.

A desapropriação de cerca de 40 mil pessoas durante a instalação de Itaipu fez emergir um novo fenômeno cultural, o surgimento dos brasiguaios - brasileiros e seus familiares que residem em terras paraguaias na fronteira com o Brasil. Isso ocorreu, pois, o valor pago pelas terras desapropriadas era abaixo do esperado e não era suficiente para a compra em terras brasileiras, apenas em terras paraguaias em que o valor por hectare era à época mais baixo. Esse aspecto é essencial para compreender na prática o paradigma proposto por Simões (1995) ao indicar que o conflito é um processo eminente entre as relações sociais da organização e seus públicos. Esse conflito deveria ser mediado pelo profissional de Relações Públicas e, como bem previu Simões (1995), os conflitos e consequências desse jogo de poder e embate político resultou em uma transformação na dimensão cultural, em que a prática social desse processo culminou com a criação de um novo grupo, brasiguaios, que não se identificam nem com o Brasil nem com o Paraguai, são membros diaspóricos. E também é possível analisar esse fenômeno sob a ótica dos Estudos Culturais, demonstrando como a questão cultural e social são relacionamentos complexos entre o poder e a exploração (HALL, 2013).

A Itaipu Binacional é uma organização que carrega em sua trajetória um conflito ímpar que abrange dimensões econômicas, históricas, políticas, culturais e, principalmente, sociais. Portanto, apropriar-se de conceitos levantados pelos Estudos Culturais e por Simões (1995), para lançar um olhar sobre o contexto organizacional faz-se interessante. Ao abordar conceitos fundamentais percebe-se a importância da atuação das Relações Públicas como mediadora de conflitos e gestora da função política, bem como é possível aferir que as dimensões culturais e políticas são aspectos essenciais para o dia a dia da organização e de seus públicos.

## **Considerações finais**

A pretensão desse artigo foi de realizar um levantamento bibliográfico sobre possíveis aproximações entre os Estudos Culturais e o campo das Relações Públicas, com enfoque na obra “Relações Públicas: função política” de Simões (1995). A motivação foi uma constatação a partir de um levantamento de obras, teses e dissertações de que havia uma brecha teórica de aproximação. Assim, buscou-se realizar uma contextualização e definição dos Estudos Culturais, pontuando sua trajetória inicial e principais influências. A partir dessa delimitação histórico-social buscou-se identificar duas características essenciais, definida por Hall (2013a) como dois paradigmas-chave para a compreensão da origem do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS): o conceito de cultura e o movimento teórico-político baseado em uma releitura do marxismo clássico.

Em um segundo momento, foi apresentado as motivações que levaram Simões (1995) a propor um novo paradigma de Relações Públicas, apontando a atividade como responsável por gerenciar a função política de uma organização com seus públicos. Essa perspectiva mostrou-se uma proposta ousada e promissora, pois se constituiu em uma das primeiras obras destinada a criar uma teoria brasileira de Relações Públicas. Ao descrever o processo de Relações Públicas, Simões identifica algumas dimensões que interferem no processo, entre essas dimensões estão os aspectos culturais e políticos.

O artigo buscou apresentar apenas nuances de convergência entre os Estudos Culturais e a proposta teórica desenvolvida por Simões (1995), indicando como as práticas sociais devem ser compreendidas sob a perspectiva político-cultural e como essas práticas são parte do processo desempenhado pelos profissionais de Relações Públicas. Para embasar essa aproximação, ilustramos com a apresentação da Itaipu Binacional, uma empresa estatal gerenciada por dois países que surgiu em meio a conflitos e ainda hoje se apresenta como uma dicotomia entre desenvolvimento e impactos sociais.

No entanto, essas aproximações são apenas frações pequenas de uma interação ainda mais ampla. Portanto, não é pretensão nossa esgotar as discussões sobre o tema, seja com pontos de acordo ou com pontos de discordância. O objetivo é levantar questionamentos que se mostram tímidos ainda no âmbito da academia e que podem ser amplamente discutidos e refutados.

## **Referências**

BIAGGIO, Angela. Resenha bibliográfica. In: Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia, 39. ed, Rio de Janeiro: 1987.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Estudos Culturais*. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C; FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, Stuart. *Estudos culturais: dois paradigmas*. IN: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org: Liv Sovik. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Estudos culturais e seu legado teórico*. IN: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org: Liv Sovik. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013b.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1995.

YUDICE, George. *O “Estado das Artes” dos Estudos Culturais*. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; NETO, Antônio Fausto (org.). **Comunicação e cultura contemporâneas**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.